



CARACTERIZAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Marcelo Massa

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo: Desde a fatídica pergunta “Educação Física, disciplina acadêmica ou profissão?” e dos pressupostos de Henry (1964, p. 286) ao dizer que “[...] se a disciplina acadêmica Educação Física não existe, devemos inventá-la”, temos nos deparado com uma série de artigos que têm revelado a importância de se definir e caracterizar a Educação Física segundo seus aspectos acadêmicos e profissionais. Hoje se percebe que a fragmentação gerada pela busca do status acadêmico é presente e pode trazer prejuízos para o futuro da Educação Física. Este trabalho objetivou buscar, através de alguns fatos históricos e de constatações da Educação Física atual, uma forma de discutir e levar à tona essa problemática que deveria contar com envolvimento de todos. Nem tudo está perdido e muito pode ser feito pelo futuro de nossa área. Só depende de nós.

Palavras-chave: Educação Física; Disciplina Acadêmica; Profissão.

ACADEMIC AND PROFESSIONAL CHARACTERIZATION OF PHYSICAL EDUCATION

Abstract: Since the fatidic question “Physical Education, academic discipline or profession?” and the presumptions of Henry (1964, p. 286) when saying “[...] if the academic discipline Physical Education does not exist, we must invent it”, we’ve seen a series of articles that have disclosed the importance of defining and characterizing Physical Education according to its academic and professional aspects. Nowadays we notice that the fragmentation generated by the search of academic status is present and can bring harm to the future of Physical Education. This paper aimed to search through some historical facts and some evidence of the current Physical Education, a way to argue and to arouse this problem which should count on the participation of all. Not everything is lost and there is much to be done for the future of our field. It only depends on us.

Keywords: Physical Education; Academic Discipline; Profession.

INTRODUÇÃO

Há algum tempo se tem discutido a chamada crise de identidade pela qual atravessa a Educação Física. Questões sobre a caracterização acadêmica e profissional da Educação Física têm dado margem a algumas discussões que, infelizmente, ainda não possuem coesão representativa para que medidas cabíveis sejam

adotadas em favor da resolução do problema. Para Lima (1994), os resultados desejados nessas discussões não estão sendo atingidos devido à falta de clareza dos interlocutores que, ao apresentarem suas idéias, não conseguem discriminar os aspectos acadêmicos e os aspectos profissionais. Muito dessa incoerência (ao apresentar idéias) está relacionado à própria confusão que se faz no uso do termo Educação Física. Segundo Lima (1994) e Teixeira (1993), “coisas” diferentes estão sendo discutidas sob um mesmo rótulo, ou seja, tópicos distintos, que mereceriam tratamento exclusivo, estão sendo abordados em um único e grande bloco, a Educação Física.

Pode-se dizer que um pouco dessa incoerência teve sua raiz na própria história que acompanha a Educação Física. Como sabemos, a Educação Física teve seu ingresso no ensino superior como a educação que tinha por objeto o corpo e os benefícios que podiam ser obtidos para a saúde (enfoque meramente educacional) (Marinho, 1984). Essa concepção dualista do termo Educação Física evoca a dissociação entre corpo e mente, trazendo a idéia de que seria possível educar o corpo, quando na realidade o que se educa é o indivíduo.

Em um levantamento realizado por Newell (1990), constatou-se o uso de mais de 70 diferentes terminologias para denominar os departamentos responsáveis pelos cursos associados à Educação Física nas universidades norte-americanas e no resto do mundo, ressaltando a grande confusão que ainda prevalece em nossa área. Segundo Tricoli (1993), nomes de áreas distintas como o Esporte, a Dança, a Ginástica, a Recreação, a Reabilitação e a Fisioterapia, entre outros, passaram a ser utilizados no lugar de Educação Física. A confusão é tão generalizada que, para Antunes (1993), Tricoli (1993) e Zeigler (1982), embora o termo Educação Física seja de conhecimento mundial, nem mesmo as pessoas envolvidas com ele, seja no ambiente profissional ou acadêmico, apresentam um consenso a respeito de seu significado. Em contrapartida, se perguntarmos a qualquer cidadão o que faz ou o que é a Engenharia ou a Medicina, é muito provável que obtenhamos respostas semelhantes e coerentes.

Ao perguntar-me por que a Educação Física não permite tal congruência por parte dos profissionais e da sociedade como um todo, deparei-me com um conglomerado de funções desempenhadas por tais profissionais que aumentam ainda mais a confusão. Conforme Zeigler (1982), é difícil pensar em alguma outra área em que profissionais com a mesma formação utilizem tantos nomes e recursos diferentes para “tentar” explicar o que fazem. Para Tricoli (1993), essa diversidade de conceitos atribuídos à Educação Física acaba provocando alterações periódicas nos seus objetivos, que passam a ser interpretados e classificados de maneiras variadas, podendo contribuir para a descaracterização da própria área.

Nesse sentido, Oliveira (1984) relata que a impressão que se tem não é de que a Educação Física perdeu a sua identidade, mas sim de que nem sequer chegou a ter uma verdadeira identidade. Em resumo, poderíamos dizer que a Educação Física tem saudades de coisas que nem chegou a ter.

A CRISE DE IDENTIDADE

Muito do que se discute em relação à crise de identidade da Educação Física é de origem norte-americana. Apesar de parecer algo fora a nossa realidade, por se tratar de um contexto sociocultural e econômico distinto, podemos observar, pela profundidade das discussões que serão abordadas, que a semelhança entre a história da Educação Física nos Estados Unidos e o que se manifesta e/ou manifestou no Brasil é notável. De acordo com Lima (1994), a Educação Física brasileira recebe considerável influência do modelo norte-americano e, por esse motivo, é possível não apenas aprender com a experiência já vivida por aquele país, mas, principalmente, com alguma possibilidade de acerto, prever o que poderá acontecer com a nossa Educação Física. Poderíamos complementar ainda que tal poder de antecipação pode, quiçá, permitir que nós, conhecedores das armadilhas sofridas pela Educação Física norte-americana, evitemos os mesmos percalços, ganhando tempo e progresso.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3º GRAU

O primeiro curso de formação de professores de Educação Física para alunos do terceiro grau teve origem em 1861, na Amherst College, Edward Hitchcock. Desde então, programas semelhantes foram levados para Vassar, Harvard, Wellesley, Yale e outras universidades (Sage, 1984). Segundo o próprio autor, até os primeiros anos do século XX não existiam problemas de identidade entre esses programas e as competições esportivas realizadas entre os estudantes.

Nessa época, instituições que não tinham nenhum vínculo com a universidade, como a Sargent's Normal School of Physical Training, eram encarregadas de preparar professores para ministrarem os programas de Educação Física, que tinham por objetivo o desenvolvimento da saúde, da condição física e de capacidades sociais de todos os alunos. Dessa maneira, observa-se que, até aquele momento, Educação Física e Esporte ocupavam espaços distintos.

No entanto, ainda segundo Sage (1984), a contratação de treinadores temporários para o desenvolvimento de equipes universitárias causou um grande problema administrativo para as universidades. Pode-se explicar que o esporte universitário nos Estados Unidos precedeu os programas de preparação profissional no 3º grau, ou seja, o esporte já existia antes de a Educação Física estar presente no ensino superior. Contudo, eram os próprios alunos que administravam as atividades esportivas, sem que houvesse o envolvimento ou o controle da universidade que cedia apenas o seu nome.

Desse modo, os técnicos envolvidos com essa prática não pertenciam ao corpo docente da universidade e, portanto, não possuíam nenhuma espécie de compromisso com a mesma. Com o passar do tempo, a universidade começou a se preocupar com a preservação de seu nome, pois não era raro que em alguns eventos da época faltassem a disciplina e o respeito necessários para a manutenção da ordem entre os participantes. Com isso, a imagem da universidade que cedia seu nome para a equipe, sofria as conseqüências desses acontecimentos perante a sociedade. Assim, para manter o controle dos programas esportivos, as universidades passaram a contratar os treinadores em caráter definitivo. Como as universidades já possuíam departamentos de Educação Física, esses treinadores foram literalmente acomodados nesses departamentos. O grande engano da época foi o fato de os treinadores, para justificarem sua presença no corpo docente da universidade, serem obrigados a (além de exercerem seu papel) ministrar aulas nos programas de Educação Física, sem ter a fundamentação específica e o interesse necessário para desenvolver a nova função.

No Brasil, fundada em 1910, a Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo iniciou o primeiro curso de formação de professores para a Educação Física. Em 1925 foi criada a Escola para Preparação de Monitores da Liga de Esportes da Marinha (Costa et al. 1994). Portanto, se tomarmos como referência apenas o nome dado aos respectivos cursos de preparação da época, podemos verificar que tanto o primeiro como o segundo eram cursos basicamente militares, e o segundo já trazia consigo apenas o termo Esporte.

A problemática dos cursos de formação de professores ainda aumentou quando a primeira escola civil do Brasil, a Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo, criada em 1931 trouxe, como resultado de sua preparação, a formação do técnico com forte influência da escola militar, e não a formação do professor (Faria Júnior, 1987). Logo, enquanto nos Estados Unidos a universidade se preocupava com a formação de professores, no Brasil destinava-se a preparação de técnicos em Educação Física e desportos com o objetivo de fortalecimento do Estado e da raça brasileira. Portanto, a confusão notada na concepção dos primeiros cursos de preparação profissional dos Estados Unidos e do Brasil é evidente, e talvez no Brasil tenha sido até maior devido à influência militar.

No entanto, apesar de pertencerem a épocas e, distintos locais e até a problemáticas num primeiro momento diferentes, pode-se dizer que o resultado desse processo para ambos os países foi muito seme-

lhante. Enquanto nos Estados Unidos a confusão aumentava na medida em que se confundia a atuação de “professores” no terceiro grau, permitindo que treinadores não capacitados e sem interesse atuassem nesse contexto, prejudicando não só a formação de novos profissionais, mas também colaborando para a união Esporte-Educação Física, no Brasil, a influência militar e a preparação técnica de profissionais já traziam consigo a mesma confusão, isto é, a formação de profissionais eminentemente técnicos e conhecedores dos métodos da época. Em resumo, poderíamos dizer que nos Estados Unidos o curso tornou-se técnico, e, no Brasil, iniciou-se técnico.

Assim, de acordo com o que foi apresentado, pode-se verificar como e onde surgiu a dificuldade, presente ainda nos dias de hoje, de diferenciar Esporte e Educação Física, e a conseqüente formação de currículos de graduação em Educação Física com características de modalidades esportivas.

A GRANDE PERGUNTA

Segundo Broekhoff (1982), apenas em 1963 é que os cursos de formação profissional em Educação Física passaram a ser questionados devido às declarações de James Bryant Conant, que enfatizou que as pesquisas realizadas nos departamentos de Educação Física poderiam ser feitas em qualquer outro lugar. Os professores foram pegos de surpresa por tal afirmação que, em outras palavras, nada mais era do que dizer que a Educação Física não apresentava um campo independente de investigação, nem um objeto de estudo exclusivo e bem definido que justificasse a sua presença na universidade.

Com a crise instaurada, Henry (1964), a fim de defender a Educação Física e justificar sua presença no ensino superior, procura demonstrar que ela é uma disciplina acadêmica, garantindo-lhe lugar dentro da universidade. Segundo o autor, a nossa preocupação era centrada sobre o que a Educação Física podia fazer pelas pessoas, quando o que se deveria buscar era o desenvolvimento de uma área de conhecimento. Além disso, argumentava que a Educação Física, por meio da transdisciplinaridade, daria o devido tratamento para as atividades motoras do ser humano. Assim, subdisciplinas como a fisiologia do exercício, aprendizagem motora, psicologia do esporte, sociologia do esporte, entre outras, caracterizariam a disciplina acadêmica da Educação Física. Para Henry (1964, p. 286): “[...] se a disciplina acadêmica Educação Física não existe, devemos inventá-la”. Dessa maneira, deu-se início a uma série de discussões acerca da seguinte pergunta: Educação Física, disciplina acadêmica ou profissão?

Na verdade, se prestarmos um pouco mais de atenção aos depoimentos de Henry (1964 e 1978), poderemos perguntar se o que ele sugere não é nada mais do que a simples aplicação de conhecimentos já existentes às subdisciplina. Dessa forma, o movimento seria humano somente um meio para o estudo de questões que interessam apenas a essas subdisciplinas, e não ao desenvolvimento de nossa área, a Educação Física.

Quase que dando uma resposta aos pressupostos de Henry sobre a disciplina acadêmica, Felshin (1972) atenta que, para se ter uma área de estudo, é necessária a existência de um foco central definido, para o qual se deve estudar e produzir conhecimento. Nesse sentido, Renson (1989) acrescenta que podemos reconhecer uma disciplina acadêmica quando esta possui um foco específico de estudo, um corpo de conhecimento independente e um método de pesquisa especializado. Enquanto isso, diversos autores, como Bressan (1982) e O’Hanlon & Wandzilak (1980), ainda chamam atenção para o fato de que nossos conhecimentos acerca da Educação Física não são próprios dela, mas sim das subdisciplinas que a compõem. Para tais autores, essas subdisciplinas possuem diferentes disciplinas-mães, o que em diferentes linguagens, diferentes processos de investigação e diferentes conceitos sobre o fenômeno de interesse, dando origem a pesquisas que trazem o delineamento e a linguagem das respectivas disciplinas mais do que da Educação Física.

Sobre essa discussão, Lima (1994) e Tani (1996) acrescentam que, apesar de o modelo transdisciplinar

ter trazido grande avanço acadêmico-científico para o estudo da atividade motora, o mesmo modelo mobilizou pesquisadores com o intuito de se caracterizar uma área de estudo exclusiva que fortalecesse as justificativas para a existência de uma unidade universitária. Para Tani (1996, p. 19),

Na ânsia de obter, o mais rápido possível, o status e a respeitabilidade acadêmicos, esse movimento deu muita ênfase à pesquisa básica, estimulando e valorizando sobremaneira aquelas subdisciplinas de investigação mais relacionadas às ciências naturais em detrimento de pesquisas relacionadas às ciências sociais e humanas e, principalmente, de pesquisas aplicadas comprometidas com a solução de problemas enfrentados na prática profissional.

Para Bressan (1979), a divisão Educação Física – disciplina acadêmica / Educação Física – profissão é artificial e trouxe um grande erro filosófico: reconhecer que a Educação Física teria duas facções, a disciplina acadêmica (teórica) e a disciplina profissional (prática). Pode-se dizer que tal fato deu origem a acontecimentos que tornaram opostos os membros das respectivas disciplinas. Hoje, é quase impossível que a disciplina acadêmica e a profissão continuem coexistindo, pois, se aceitarmos as duas, teremos duas organizações distintas.

Dessa maneira, Lima (1994) e Tani (1996) corroboram ao dizer que fomos singelos demais ao acreditar que pesquisas desenvolvidas em subdisciplinas como a Fisiologia do Exercício, a Aprendizagem Motora, a Biomecânica, a Psicologia do Esporte e a Sociologia do Esporte pudessem resultar em Educação Física e contribuir para a formação de um corpo integrado de conhecimentos capaz de dar a esperada identidade acadêmica à área de sustentação teórica e à prática profissional.

Podemos acrescentar que, mesmo sem um estudo específico acerca dessa problemática, seria interessante refletir sobre o tipo de pesquisa que nós, contemporâneos da Educação Física, ainda produzimos nos laboratórios de Fisiologia, Psicologia, Nutrição, Biomecânica, etc. Será que estamos nos aproximando da Educação Física ou nos afastando, mesmo que de maneira ingênua e sem o mínimo de reflexão, daquilo que seria o nosso objeto de estudo, ou seja, daquela parcela do movimento humano que daria fundamentação e respostas para a atividade profissional da Educação Física?

Respondendo a essa pergunta, Lima (1994) afirma que os nossos pesquisadores têm-se aproximado das disciplinas-mães, distanciando-se da Educação Física e instaurando a crise de identidade em que nos encontramos.

Para Tricoli (1993), esse fato fica ainda mais evidente quando se observa a natureza dos programas de pós-graduação. Lima (1994) salienta que o modelo transdisciplinar (preconizado por Henry) trouxe grande influência para a Educação Física brasileira, pois os nossos primeiros mestres e doutores advinham de cursos realizados nos Estados Unidos na década de 1970. Desde então, o modelo norte-americano está presente no Brasil na maioria das universidades, mesmo após a reforma curricular ocorrida em 1986 e apesar das críticas que tem recebido. Um exemplo desse fato são as diferentes conceituações do corpo de conhecimento que os programas de pós-graduação existentes apresentam. Para Tani (1996), essa variedade de nomenclatura é tão evidente que dificilmente se consegue dizer que pertencem a uma mesma área de conhecimento, corroborando para a permanência da crise de identidade em nossa área.

A FALTA DE CLAREZA

Mas afinal, a Educação Física pode ou não pode ser considerada uma disciplina acadêmica? Alguns profissionais nem sequer chegaram a refletir sobre isso, alguns talvez nem saibam ao certo o que é uma disciplina acadêmica. No entanto, será que para uma área de conhecimento estar no ensino superior é obrigatório ser disciplina acadêmica?

Uma disciplina acadêmica, como já enunciamos nas discussões anteriores, é caracterizada por um foco

ou objeto particular de estudo, com uma metodologia própria e um corpo único de conhecimento. Como vimos, foi com Henry, em 1964, que esse tipo de discussão veio à tona e, talvez sem o tempo e o argumento necessários para uma devida resposta aos questionamentos da época, a posição enfraquecida da Educação Física com o ensino superior buscou fortalecimento na disciplina acadêmica que, como acompanhamos, não serviu para responder aos problemas de nossa área, e ainda hoje carecemos de uma definição a respeito de nosso relacionamento acadêmico.

Particularmente e corroborando o argumento de Mariz de Oliveira (1993), a Educação Física não se caracteriza como uma disciplina acadêmica. A Educação Física não apresenta métodos próprios e não possui objeto único de investigação.

No entanto, para Mariz de Oliveira (1993), tais constatações não são demeritórias para a Educação Física e não a excluem necessariamente do contexto acadêmico. Para estarmos presentes e atuantes no ensino superior não necessitamos estar constantemente nos comparando a áreas mais consolidadas do conhecimento. O que importa realmente é que estamos na universidade e precisamos ter em mente e, sobretudo, em ação, que o imprescindível é a existência de um relacionamento com o “acadêmico”. Ou seja, precisamos produzir e acumular conhecimentos (entendimento, explicação) sobre a motricidade humana (área temática integrativa – ciência e pesquisa).

EDUCAÇÃO FÍSICA HOJE

Assumindo que a Educação Física não é uma disciplina acadêmica, e que esse fato não traz nenhum prejuízo para o seu status no ensino superior, damos um passo que nos custou muito tempo. No entanto, não podemos ficar inertes diante dessa constatação. Continuamos com algumas perguntas que necessitam ser respondidas: (1) qual é o nosso objeto de estudo, (2) como devemos estudá-lo e (3) como deve se caracterizar a formação profissional?

Como já citamos anteriormente, mesmo nos dias atuais, em uma observação realizada por Newell (1990), foram verificados cerca de 70 nomes diferentes para os departamentos de Educação Física reestruturados nos Estados Unidos, como por exemplo: Cineantropologia, Ciência do Exercício e da Saúde, Educação do Movimento, Cinética Humana, Estudos do Movimento Humano, etc. Portanto, a confusão ainda é eminente e, pelo que me parece, poucos estão interessados em resolver o problema. No Brasil, talvez por uma questão de tempo, ainda prevalece nas faculdades o nome Educação Física ou Educação Física e Esporte. Entretanto, se formos vasculhar as áreas de concentração dos nossos cursos de pós-graduação, fatidicamente encontraremos nomes diversos e, por que não, “adversos”. Será que conseguiremos estabelecer uma relação direta entre a nossa titulação e a atuação profissional? A impressão que temos é que num primeiro momento o nome não é tão importante mas, na verdade, muito ainda precisa ser discutido em termos de pós-graduação, não apenas a nomenclatura (veja os artigos de Bressan, 1982 e Neweell, 1990).

Segundo Lima (1994, p. 61), essa “[...] diversidade de concepções pode estar refletindo dois fatos: ou ainda não se amadureceu suficientemente o entendimento de qual seria o objeto de estudo da Educação Física ou a segmentação da Educação Física em várias áreas de estudo é inevitável”.

Mas, se segmentarmos a Educação Física, o que irá acontecer? Qual será o nosso espaço?

Na verdade, essa segmentação já existe, e o nosso futuro realmente será indeterminado até que um número maior de docentes e profissionais passem a refletir sobre essa problemática segundo um outro prisma, não extremamente pessoal e cheio de vaidades como tem ocorrido. Fazendo uma analogia com a camada de ozônio e o comportamento dos países ao discutirem e fracionarem responsabilidades perante a sua paulatina destruição e inevitável comprometimento do globo terrestre, podemos observar que nenhum país em particular, principalmente entre os desenvolvidos, assume responsabilidades ou toma posições concretas para solucionar um problema que é do mundo todo. É como na Educação Física, aqueles

que se acham locados em um determinado departamento, com suas convicções, poderíamos dizer aqueles que se acham “desenvolvidos”, estão apáticos diante de qualquer tipo de discussão e não alteram suas atitudes acadêmicas e profissionais frente ao problema. Assim da mesma maneira que a camada de ozônio pode trazer prejuízos irreversíveis ao mundo, nossa falta de reflexão pode trazer prejuízos irreversíveis para a Educação Física. Conforme Newell (1990), a maioria de nossos docentes utiliza as disciplinas-mães (subdisciplinas) como seu domínio. No entanto, já estamos sendo considerados por alguns, como psicólogos, sociólogos, fisiologistas, entre outros, de 2ª ou 3ª categorias. Logo, pode-se dizer que, com a fragmentação, nosso espaço fica ainda mais reduzido. Ficamos nem aqui, nem lá, isto é, não seremos profissionais dignos da Educação Física e também não seremos totalmente reconhecidos em nenhuma outra subdisciplina. Será o nosso fim e o fim da Educação Física.

EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ÁREA TEMÁTICA INTEGRATIVA DE CIÊNCIA E PESQUISA

Dentre todas as discussões em torno da definição de uma forma de abordagem para a Educação Física (Cinesiologia – Newell, 1990; Motricidade Humana – Sérgio, s.d.; Cineantropologia – Renson, 1989; Ciência da Atividade Física – Bouchard, 1976), o estudo do Movimento Humano (ou Motricidade Humana) é o que mais tem sido adotado pelas faculdades brasileiras.

O que se discute é que a Educação Física teria no Movimento Humano uma área temática integrativa de ciência e pesquisa (O’Hanlon & Wandzilak, 1980). Entretanto, é preciso ter claro que o Movimento Humano não é objeto de estudo exclusivo da Educação Física (Renshaw, 1973). Segundo Curl (1973), podem ser entendido como Movimento Humano desde funções orgânicas básicas até formas de movimento simbólico. Para Curl, esse é um contexto muito amplo e pode incluir movimentos locomotores, movimentos operacionais bruscos, movimentos artísticos, movimentos atléticos, movimentos dramáticos e movimentos ritualísticos. Tal fato pode ser observado dentro da própria Universidade de São Paulo, onde existem outras unidades que também utilizam o estudo do Movimento Humano (Medicina, Psicologia, Fisioterapia, entre outras).

Isso posto, devemos nos preocupar em ter um “relacionamento acadêmico” sólido, que possua o Movimento Humano como “tema” essencial de investigação e pesquisa, podendo, com sentido integrativo, “tomar emprestado” metodologias de outras áreas e disciplinas genuinamente acadêmicas para estudar o Movimento Humano a partir das questões que emergem da prática profissional da Educação Física e, portanto, formar um conhecimento exclusivo da área (Mariz de Oliveira, 1993; Renshaw, 1973; Renson, 1989).

A Educação Física não precisa necessariamente, ser uma disciplina acadêmica para estar na Universidade. De acordo com Mariz de Oliveira (1993), é característica da Educação Física ser eminentemente profissional e aplicada, e não é nenhum demérito ser considerada como tal. Outras áreas que possuem status acadêmico, profissional e social, como a Engenharia e a Medicina, nunca foram tão questionadas e não precisaram provar por que estão no ensino superior, mesmo porque, apesar de não serem disciplinas acadêmicas, são profissões caracterizadas pela fundamentação acadêmica de suas práticas.

Nesse sentido, a exemplo da Medicina, quando nos relacionamos com nossos alunos ou clientes, devemos ter o devido respaldo acadêmico e científico, pois, sem eles estaremos, na melhor das hipóteses, nos igualando a qualquer cidadão oportunista que conheça regras de modalidades esportivas, que repita seqüências de ginástica aeróbica, que tenha um apito na boca, etc.

Segundo Lima (1994), compete à Educação Física produzir um novo conhecimento que traga, além de elementos próprios, a integração e sistematização dos resultados de pesquisas realizadas pelas subdisciplinas, e este trabalho de produção de conhecimento deve responder às perguntas da prática e elaborar novas questões às subdisciplinas, formando um ciclo altamente produtivo para a pesquisa e para a atuação profissional.

A RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

Qual seria então a responsabilidade profissional da Educação Física?

Antes de iniciarmos tal discussão, gostaria apenas de apresentar alguns pontos importantes, que nos permitirão um maior entendimento desse contexto. Não é de hoje que temos percebido que a Educação Física não está inserida somente no ambiente escolar (área escolar). Temos acompanhado a evolução do Esporte (Betti, 1983) e de uma gama infindável de atividades que estão sendo proporcionadas fora do ambiente escolar (área não escolar). Mesmo, no meu entender, estando um pouco aquém do esperado, pois mais a “acompanhamos” do que “interagimos” com essa evolução, devemos ter em conta a criação dos cursos de Bacharelado em Educação Física e Licenciatura em Educação Física e também, mais recentemente, a criação do curso de Bacharelado em Esporte. Conforme Mariz de Oliveira (1988, 1993), a ausência do curso de Bacharelado em Educação Física trazia para a Licenciatura um falso contingente de candidatos ao magistério. Em estudo realizado pelo próprio autor, verificou-se que os alunos dos vários cursos de Licenciatura em Educação Física do Estado de São Paulo não tinham como objetivo atuar como professores no ensino de 1º e 2º graus (atuais Ensino Fundamental e Médio, respectivamente). Portanto, a criação do Bacharelado em Educação Física e do Bacharelado em Esporte propiciou o atendimento de um vasto campo de serviços que outrora não recebia por parte das faculdades o devido preparo profissional, pois formava-se apenas aquele típico “licenciado generalista”, despreparado para atuar dentro e fora da escola, dando margem para a atuação do leigo.

Desse modo, o que se espera de um formando que encerra seu curso de Bacharelado em Educação Física ou de um outro que esteja encerrando sua Licenciatura em Educação Física é que ambos estejam aptos e cientes de suas responsabilidades profissionais, para disseminar e aplicar conhecimentos teóricos e práticos sobre a Motricidade Humana, que permitam ao ser humano: (1) otimizar suas possibilidades e potencialidades para mover-se de forma específica ou genérica, harmoniosa e eficaz e (2) capacitar-se para, em relação à sociedade, adaptar-se, interagir e transformá-la, sempre na busca de uma melhor qualidade de vida (Mariz de Oliveira, 1993).

Mas, onde essa responsabilidade profissional deve ser adquirida?

Sem dúvida o que esperamos é que, principalmente no Estado de São Paulo, essa preparação tenha seu lugar apenas no ensino superior. Segundo Mariz de Oliveira (1993), não podemos mais conceber que escolas de 2º grau (atual Ensino Médio) continuem a oferecer capacitação técnico-profissional para que pseudoprofessores de Educação Física atuem no ensino de 1º grau (atual Ensino Fundamental) ou como técnicos esportivos.

Ora, ninguém capacitado no 2º grau (Ensino Médio) constrói uma ponte Rio-Niterói ou atua como cirurgião cardíaco; ninguém concebe que seu filho seja operado por um leigo oportunista; ninguém constrói um prédio de 20 andares sem antes contratar um engenheiro e um arquiteto; nenhum analfabeto pretende ensinar Literatura, Matemática, Química; enfim, por que na Educação Física ainda permitimos e permite-se que sejamos iguais ou até inferiores a um número infindável de leigos, ex-atletas, ex-médicos, etc.? Por que todos se sentem aptos a charlatanear em nossa área?

Grande parte desses questionamentos já foram amplamente discutidos quando tratamos das questões acadêmicas da Educação Física. Um fórum de discussões sobre essa problemática que procuramos trazer neste texto seria a oportunidade de reunir um grande número de profissionais para que chegássemos a um consenso dentro da nossa Educação Física. A universidade é que deve ser a responsável pela formação da responsabilidade e da competência deste profissional. A universidade deve estar atenta às mudanças e tendências do mercado de trabalho para que os recursos humanos por ela formados tenham capacidade de nele atuar. A preparação e a atuação do licenciado deve voltar-se exclusivamente para a educação escolarizada, considerando-se a relação professor-aluno. Ao bacharel, que não atuará na educação escolar, cabe conside-

rar a relação profissional/cliente. Assim, a universidade deve permitir que tanto o Bacharel como o Licenciado em Educação Física cumpram com as expectativas da sociedade. Apenas dessa maneira teremos razão e embasamento para requerer o nosso reconhecimento e a nossa distinção da sociedade.

CONCLUSÃO

Precisamos sim ter lugar para o acadêmico-profissional, mas que “ambos não sejam dois”, e sim uma unidade verdadeiramente coesa, preocupada com a pesquisa aplicada e com o relacionamento acadêmico (assim como na Engenharia, Medicina, Arquitetura, etc.). Se nos preocuparmos em estudar o Movimento Humano e produzir o conhecimento que interessa à melhoria da prática profissional da Educação Física, teremos lugar para todos e espaço garantido no ensino superior, no mercado de trabalho e, quiçá, o reconhecimento e a valorização da sociedade. Só depende de nós, a estratégia não precisa ser tão complicada, a Educação Física pode viver.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. C. F. S. O que é Educação Física para você? In: IV SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA – A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA, 1993, Rio Claro. *Anais*. Rio Claro: UNESP, 1993, p. 41.
- BETTI, M. Educação Física: dessemelhança e identidade com o esporte e o jogo, I. *Informativo APEF*, n. 7, p. 10-12, 1983.
- BOUCHARD, C. Physical activity sciences: a basic concept for the organization of the discipline and the profession. *International Journal of Physical Education*, v. 13, n. 4, p. 10-15, pte. 2, 1976.
- BRESSAN, E. S. 2001: The profession is dead – was it murder or suicide? *Quest*, v. 31, n. 1, p. 77-82, 1979.
- _____. An academic discipline for physical education: what a fine mess! *Proceedings National Association for Physical Education in Higher Education*, v. 3, p. 22-7, 1982.
- BROEKHOFF, J. A discipline – who needs it? *Proceedings National Association for Physical Education in Higher Education*, v. 3, p. 28-35, 1982.
- COSTA, E. S. et al. *Primeira turma de licenciados em educação física EEF-USP – Sexagésimo aniversário do início das atividades didáticas 1934 - 1994*. São Paulo, 1994.
- CURL, G. F. An attempt to justify human movement as a field of study. In: BROOKE, J. D.; WHITING, H. T. A. (Eds.) *Human movement: a field of study*. London: Henry Kimpton, p. 7-17, 1973.
- FARIA JÚNIOR, A. G. O homem ou o homem, a sociedade e a educação. In: OLIVEIRA, V. M. (Org.). _____. (Coord.) *Fundamentos pedagógicos da educação física*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987, p. 15-33.
- FELSHIN, J. *More than movement: an introduction to physical education*. Philadelphia: Lea & Febiger, 1972.
- HENRY, F. M. Physical Education: an academic discipline. *JOHPER*, n. 35, p. 32-8, 1964.
- _____. The academic discipline of physical education. *Quest*, n. 29, p. 13-29, 1978.
- LIMA, J. R. P. de. Caracterização acadêmica e profissional da Educação Física. *Rev. Paul. de Educ. Fis.*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 54-67, jul/dez, 1994.
- MARINHO, I. P. Introdução ao estudo da filosofia da Educação Física e dos Desportos. In: I CONGRESSO LATINO AMERICANO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E RECREAÇÃO E X ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1984, Tramandaí. *Anais*. Tramandaí, 1984. p. 213-31.
- MARIZ DE OLIVEIRA, J. G. Preparação profissional em educação física. In: PASSOS, S. C. E. (Org.) *Educação Física e ensino de primeiro grau: uma abordagem crítica*. São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1988.

- MARIZ DE OLIVEIRA, J. G. Educação Física: tendências e perspectivas. In: I SEMANA DE EDUCAÇÃO FÍSICA – EDUCAÇÃO FÍSICA: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS. 1993, São Paulo, *Anais*. São Paulo, Universidade São Judas, 1993. p. 6-22.
- NEWELL, K. M. Physical Education in Higher Education: chaos out of order. *Quest*, n. 42, p. 227-42, 1990.
- O'HANLON, J.; WANDZILAK, T. Physical Education: a professional fiel. *Quest*. v. 32, n. 1, p. 52-9, 1980.
- OLIVEIRA, V. M. O que é Educação Física? *Artus: Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12/14, 1984.
- RENSAHW, P. The nature of the studies of human movement and its relationship with the Physical Education. *Quest*. Monograph XX, summer/issue. june, p. 79-86, 1973.
- RENSON, R. From Physical Education to kinanthropology: a quest for academic and professional identity. *Quest*. v. 14, p. 235-56, 1989.
- SAGE, G. H. The quest for identity in college Physical Education. *Quest*, v. 36, p. 115-121, 1984.
- SÉRGIO, M. Para uma epistemologia da ciência da motricidade humana. Lisboa: Compendium, s.d.
- TANI, G. Cinesiologia, Educação Física e esporte: ordem emanante do caos na estrutura acadêmica. *Motus Corporis*, v. 2, n. 3, Universidade Gama Filho, p. 9-40, 1996.
- TEIXEIRA, L. A. Estudo da Motricidade Humana como fonte de ordem para um tema científico, uma profissão, e um componente do currículo escolar. *Rev. Paul. Educ. Fis.*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 77-91, jan/jun, 1993.
- TRICOLI, V. A. A. Caracterização acadêmica-profissional da Educação Física. *APEF*, v. 6, n. 15, p. 16-9, 1993.
- ZEIGLER, E. F. Physical Education: dead, quiescent, or undergoing modification. *JOPERD*, v. 53, n. 1, p. 51-3, 1982.

Contatos

Universidade Presbiteriana Mackenzie
Faculdade de Educação Física
Av. Mackenzie, 905 – Barueri – SP
CEP 06460-130
E-mail: massa1@uol.com.br

Tramitação

Recebido em junho/2002
Aceito em setembro/2002